

MS-FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE/DF

Estudo Técnico Preliminar 86/2025**1. Informações Básicas**

Número do processo: 25140000472202555

2. Descrição da necessidade

Tem o presente estudo a finalidade de contratar empresa especializada na prestação de serviços de natureza continuada de transporte terrestre de servidores, autoridades, colaboradores e pequenas cargas, sem motorista, sem combustível, caráter mensal, por quilometragem livre, para atender as necessidades da Superintendência Estadual da FUNASA/CE.

Deverão estar inclusos nos custos dos serviços de locação de veículos, seguro total contra acidentes, manutenção e outros custos necessários para sua execução em relação ao transporte de pessoal em serviço, materiais, documentos e pequenas cargas, predominantemente em viagens intermunicipais e, eventualmente, em viagens interestaduais.

O presente Estudo Técnico Preliminar foi elaborado em conformidade com as necessidades informadas no Documento de Formalização de Demanda - DFD, utilizando como parâmetro os contratos anteriormente firmados por outros órgãos da Administração, com objetivo de terceirização dos serviços de locação de veículos sem motorista, sob pena de inviabilizar a missão institucional.

Atualmente a SUEST/CE não possui nenhum contrato de locação, porém o Contrato Administrativo n.º 17/2018, de prestação de serviço de locação de veículos sem motorista, foi encerrado em 17/12/2023, sem possibilidade de prorrogação.

O serviço a ser contratado se enquadra na classificação de SERVIÇOS COMUNS, conforme Decreto nº 10.024/2019 e Lei nº 14.133/2021.

A contratação de empresa especializada na prestação de serviços de locação de veículos (sem motorista) apresenta-se como uma alternativa viável, pois haverá para o momento, o atendimento das demandas da sede da Funasa /SUEST/CE, bem como, da Divisão de Engenharia de Saúde Pública e Saúde Ambiental, oferecendo diversas vantagens técnica e econômicas, dentre as quais se destacam:

- a) Será exercida por empresa especializada, devidamente habilitada pelos órgãos de controle e fiscalização da atividade;
- b) Atende aos requisitos de segurança estabelecidos em relação ao transporte de pessoas e materiais;
- c) Os padrões aqui definidos, que contam com especificações usuais no mercado, permitirão a permanente mensuração qualitativa e quantitativa dos resultados, maximizando o aproveitamento dos serviços prestados;
- d) Os parâmetros definidos para o objeto da licitação e para a prestação dos serviços possibilitam obter preço compatível com a finalidade estabelecida;
- f) A modalidade de Pregão na forma Eletrônica, por ser realizada à distância, confere ao procedimento maior transparência e impessoalidade e aumenta a possibilidade de obter menor preço.

Ademais, as Superintendências Estaduais não possuem autonomia para adquirir veículos novos, sendo essa uma competência exclusiva da própria Presidência, a qual já informou, anteriormente, através do Memorando Circular da CGLOG/DEADM nº 24/2012, que não procederá aquisição de veículos, orientando às Superintendências de que as necessidades de renovação da frota sejam feitas mediante locação.

De acordo com o Caderno de Logística de Prestação de Serviço de Transporte, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – MP: “A contratação dos serviços de Transporte pode ocorrer de formas diversas, dependendo das necessidades do órgão contratante. Portanto, o órgão poderá contratar os serviços com fornecimento exclusivamente de mão de obra representada pelo condutor do veículo, com fornecimento apenas do veículo ou, ainda, o órgão contratará os serviços de transporte, que incluirá veículos e motoristas.

A contratação baseia-se na necessidade da Administração, na proporcionalidade de 06 (seis), motorista integrante do quadro desta SUEST/CE, proporcionar aos seus servidores e colaboradores da SUEST/CE as devidas condições de trabalho no que tange ao atendimento dos serviços de transporte necessários ao desempenho de suas atividades visando a preservação da integridade física dos usuários, haja vista à missão institucional **“Promover a Saúde Pública e a inclusão social por meio de ações de saneamento e saúde ambiental”**, onde realiza frequentemente acompanhamento dos convênios e obras do Aceleração do Crescimento (PAC), Perfuração de poços, emendas parlamentares e a instalação de cisternas, o que torna imprescindível a contratação, uma vez que tais atividades somente se realizam por meio da utilização de veículos, frente ao número de municípios a serem atendidos e as grandes distancias em relação a Capital.

A Opção por camionete 4x4 se deve ao fato de que a maioria das localidades atendidas pelos serviços da SUEST/CE são localidades de difícil acesso e que veículos que não sejam do tipo camionete 4x4 teriam dificuldades de atender satisfatoriamente as necessidades dos serviços.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
DIADM/CE	RENATO VITOR DA COSTA

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

REQUISITOS LEGAIS

Leis Federais:

Lei n.º 14.133/2021: Institui normas para licitações e contratos da Administração Pública;

Lei Complementar nº 123/2006: Institui o Estatuto Nacional da Micro Empresa e da Empresa de Pequeno Porte, e dá outras providências;

Lei nº 9.503, de 23 de Setembro de 1997: Institui o Código de Trânsito Brasileiro.

Decretos:

Decreto nº 9.507/2018: Dispõe sobre a execução indireta, mediante contratação, de serviços da administração pública federal direta, autárquica e fundacional e das empresas públicas e das sociedades de economia mista controladas pela União.

Decreto nº 10.024/2019: Regulamenta a licitação, na modalidade pregão, na forma eletrônica, para a aquisição de bens e a contratação de serviços comuns, incluídos os serviços comuns de engenharia, e dispõe sobre o uso da dispensa eletrônica, no âmbito da administração pública federal.;

Decreto nº 8.538/2015: Regulamenta o tratamento favorecido, diferenciado e simplificado para microempresas, empresas de pequeno porte, agricultores familiares, produtores rurais pessoa física, microempreendedores individuais e sociedades cooperativas nas contratações públicas de bens, serviços e obras no âmbito da administração pública federal;

Decreto n.º 11.246/2022: Regulamenta o disposto no § 3º do art. 8º da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, para dispor sobre as regras para a atuação do agente de contratação e da equipe de apoio, o funcionamento da comissão de contratação e a atuação dos gestores e fiscais de contratos, no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.

Instruções Normativas:

Instrução Normativa SLTI/MP nº 03/2018: Dispõe sobre os critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras pela Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional e dá outras providências; Instrução Normativa SEGES/MP n.º 05/2017 (anexo XII): Dispõe sobre as regras e diretrizes do procedimento de contratação de serviços sob o regime de execução indireta no âmbito da Administração Pública

federal direta, autárquica e fundacional.

Instrução Normativa SEGES/MP n.º 73/2020 - Dispõe sobre o procedimento administrativo para a realização de pesquisa de preços para a aquisição de bens e contratação de serviços em geral, no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.

Instrução Normativa SEGES nº 58/2022: Dispõe sobre a elaboração dos Estudos Técnicos Preliminares - ETP, para a aquisição de bens e a contratação de serviços e obras, no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, e sobre o Sistema ETP digital.

Instrução Normativa SEGES/ME nº 65, de 7 de julho de 2021 - Dispõe sobre o procedimento administrativo para a realização de pesquisa de preços para aquisição de bens e contratação de serviços em geral, no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.

OBS: Considera-se a legislação consolidada com as respectivas alterações subsequentes.

REQUISITOS DA ESPECIFICAÇÃO DOS VEÍCULOS

CATEGORIA I – QUANTIDADE: 06 (SEIS) VEÍCULOS TIPO CAMIONETE.

Locação de 06 (seis) Veículos tipo camionete 4x4, sem motorista, cabine dupla: ano de fabricação igual ou superior a 2023, com quilometragem máxima 40.000km, cor branca, motor movido a Diesel e/ou à biodiesel, de no mínimo 1,956 cilindradas ou superior, potência do motor não inferior a 170CV, câmbio manual ou automático com no mínimo 05 (cinco) marchas a frente e 01 (uma) a ré, direção hidráulica ou elétrica, ar condicionado, freio a disco ABS, com sistema de proteção de impacto frontal (Air bag duplo), rodas com padrão mínimo aro 16, com protetor do motor e câmbio, capacidade mínima de carga de 1.000kg, película de maior proteção de acordo com a lei, vidros e travas elétricas, cinto de segurança para todos os ocupantes, com seguro total contra danos materiais e terceiros, com sistema de rastreamento e bloqueamento antifurto, em excelente estado de conservação e todos os equipamentos obrigatórios de segurança exigidos por lei; som, estribo, rabicho, tapetes, estepe, triangulo e macaco e emissões de máximas de acordo com o Programa de Controle da Poluição do AR por Veículos Automotores (PROCONVE), quilometragem livre, com manutenção preventiva e corretiva e fornecimento de peças, acessórios, por conta da contratada, exceto combustível, para atender as necessidades da Fundação Nacional de Saúde – Superintendência Estadual do Ceará.

REQUISITOS DA DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS

A contratação pretendida tem como objeto a prestação de serviços de locação mensal de veículos, sem motorista, para atender a Superintendência Estadual a serem executados no Estado do Ceará e eventualmente fora do Estado.

Os serviços a serem contratados possuem natureza continuada, de modo que sua interrupção pode comprometer as atividades da Administração e sua necessidade deve se estender por mais de um exercício financeiro.

Os serviços serão executados pela contratada obedecendo ao disposto na Instrução Normativa SEGES/MP nº 05 /2017 e demais normas legais e regulamentares pertinentes.

O prazo para execução do futuro contrato será de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos, até o limite de 120 (cento e vinte) meses, contados da data de publicação na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021, conforme condições e quantidade estabelecidas neste instrumento.

A prestação dos serviços deverá ser iniciada no máximo em 15 (quinze) dias úteis, contados da assinatura do Contrato, devendo a CONTRATADA, nesse prazo, alocar os veículos na sede da FUNASA/SUEST/CE, informando, em tempo hábil, qualquer motivo impeditivo ou que a impossibilite de assumir os serviços contratados no prazo estipulado;

Os veículos serão utilizados, predominantemente, no perímetro em viagens no estado do Ceará, em viagens intermunicipais, e quando necessário, em viagens interestaduais.

A CONTRATADA somente poderá disponibilizar os veículos para locação, quando autorizados por escrito pela CONTRATANTE, utilizando-se apenas de veículos em perfeito estado de funcionamento, conservação e higiene;

Os veículos serão objeto de vistoria, anotando-se na “Ficha de Vistoria”, fornecida pela CONTRATADA, todas as observações sobre seu estado, por ocasião de sua entrega;

Providenciar a substituição, a partir da comunicação do CONTRATANTE (via telefone ou e-mail), os veículos que estejam indisponíveis, em razão de acidentes, revisão, reparos mecânicos, má conservação e/ou más condições de segurança, sendo que a substituição deverá ser realizada no local onde o veículo se encontrar;

Após disponibilização, os veículos serão conduzidos pelos servidores desta SUEST/CE, devidamente habilitados e autorizados;

A CONTRATADA deverá manter, durante toda a vigência do contrato, os veículos em plenas condições de uso e providenciar a imediata substituição os que apresentarem defeito ou que estiverem fora das especificações exigidas, em mau estado de conservação e também em caso de furto ou roubo;

Os veículos ficarão nas dependências da FUNASA/CE durante o período da prestação dos serviços.

Quando a empresa CONTRATADA disponibilizar os veículos, estes devem ser registrados em nome da CONTRATADA;

Os veículos deverão manter as características de fábrica, não sendo permitido letreiro, marca ou logotipo que identifique a empresa, salvo com expressa autorização da CONTRATANTE, de acordo com o artigo 30 da Instrução Normativa nº 3, de 15 de maio de 2008, que dispõe sobre o controle, a classificação, a utilização, a identificação e as características dos veículos;

Os veículos serão utilizados em trajetos urbanos, rurais, viagens intermunicipais e interestaduais, de acordo com a necessidade dos serviços;

A CONTRATADA deverá indicar responsável e número de telefone em sistema de plantão, para atendimento de demandas emergenciais e/ou em viagens ocorridas fora do horário de expediente;

Durante toda a execução do Contrato os veículos deverão manter as características e requisitos exigidos, bem como a regularidade dos documentos e comprovantes previstos;

Em caso de qualquer tipo de ocorrência, envolvendo o veículo locado, deve-se consignar que o veículo é objeto de Contrato de locação;

É vedada a vinculação de publicidade ou qualquer tipo de propaganda ou referência comercial ao Contrato, inclusive a utilização de letreiro, estampa, cartaz, folder, adesivo e outros congêneres;

Da responsabilidade na condução do veículo locado sem motorista:

a) Os veículos somente serão conduzidos por servidores da FUNASA/SUEST/CE, devidamente habilitados, com CNH (Carteira Nacional de Habilitação) definitiva, atendendo minimamente a categoria requerida para dirigir os veículos desta contratação e observada a pontuação legalmente permitida;

As multas imputadas aos veículos em locação, em função das infrações à legislação de trânsito, quando ocorrer por dolo ou culpa do servidor, serão ressarcidas a Contratada. Para se habilitar a este ressarcimento, a locadora deverá apresentar a notificação da infração, juntamente com a documentação que comprove a locação do veículo pela FUNASA/SUEST/CE na data e horário da ocorrência e as pontuações serão repassadas aos servidores que utilizaram o veículo na data e horário da infração.

Em caso de acidente com ou sem vítima, o condutor deverá oficializar o Gestor do Contrato e a Contratada, juntando Ocorrência policial e eventual prova pericial pertinente.

Os veículos deverão estar sempre a disposição da SUEST/CE, inclusive aos sábados e domingos para atender estritamente a necessidade do serviço.

A licitante deverá declarar que possui ou instalará escritório ou REPRESENTAÇÃO em Fortaleza/CE previamente definido pela Administração, a ser comprovado no prazo máximo de 60 (sessenta) dias contado a partir da vigência do contrato.

A presença física de uma unidade operacional da empresa na localidade trará benefícios cruciais, uma vez que em caso de pane, sinistro ou necessidade de manutenção preventiva/corretiva, a existência de um escritório e infraestrutura local (oficina ou ponto de apoio) ou REPRESENTAÇÃO garante a pronta substituição do veículo. Isso minimiza o tempo de inatividade da frota e assegura a continuidade ininterrupta dos serviços da Funasa/Suest/CE evitando prejuízos às atividades essenciais. A agilidade no atendimento é um fator crítico em serviços de apoio logístico. Somando-se a isso, proporciona melhor gestão e fiscalização do contrato, pois facilita o trabalho do fiscal do contrato da Funasa/CE, permitindo a verificação imediata da regularidade dos veículos, documentos, e a comunicação direta e presencial com os prepostos e responsáveis da contratada. A proximidade física aprimora o monitoramento e a capacidade de resolução de problemas em tempo real. Outro fator importantíssimo que se deve levar em consideração para exigir escritório na cidade da prestação do serviço ou REPRESENTAÇÃO é a economia e otimização de custos indiretos do prestador, visto que, embora a empresa possa ter sede em outro local, a exigência de uma estrutura na cidade concentra os custos operacionais na área de prestação, tornando o preço final mais transparente e justo para a Administração. Além disso, elimina ou reduz significativamente a necessidade de deslocamentos e estadias para a resolução de questões operacionais. Por fim, a exigência de escritório ou unidade de apoio local (REPRESENTAÇÃO) não se configura como uma restrição indevida à competitividade, mas sim como um requisito técnico-operacional fundamental que visa a melhor execução do contrato e a garantia de que o serviço de locação de veículos atenda ao interesse público com a máxima eficiência e segurança

REQUISITOS DA CONTRATADA:

Os serviços serão prestados por empresa que atenda aos seguintes requisitos:

- a) Seja devidamente habilitada pelos órgãos de controle e fiscalização da atividade e com utilização de mão de obra detentora de formação profissional específica com dedicação exclusiva;
- b) Que utilize equipamentos adequados ao ambiente das Unidades, de forma a refletir resultados produtivos e melhoria no atendimento prestado à sociedade;
- c) Que ofereça proposta que atenda aos parâmetros definidos para o objeto da licitação e apresente preço compatível com a finalidade estabelecida;

Será de responsabilidade única e exclusiva da CONTRATADA todas as despesas com os veículos, assim compreendidas como: manutenção, higienização, licenciamento, impostos, seguros, etc.

Os veículos serão utilizados exclusivamente em serviço e com prévia autorização da chefia da Administração, do Superintendente ou do Setor de Transporte.

A CONTRATADA deverá informar modelo, ano de fabricação, cor e número da placa e do Registro Nacional de Veículos Automotores - RENAVAM do veículo disponibilizado para a execução dos serviços. O veículo poderá ser substituído somente quando solicitado pela SUEST/CE, ou, ainda, em caso de acidente de trânsito, revisão ou defeito por iniciativa da própria contratada.

REQUISITOS DE MANUTENÇÃO

Os requisitos de manutenção e assistência técnica dos veículos necessários à prestação dos serviços serão de inteira responsabilidade da empresa contratada, devendo esta manter em perfeito estado de conservação todos os equipamentos e materiais.

5. Levantamento de Mercado

Com base nas especificações definidas no item anterior, foram realizados levantamento a fim de identificar quais soluções existentes no mercado que atendem aos requisitos estabelecidos.

O objetivo dessa pesquisa também foi confirmar que no mercado nacional existe a possibilidade de pleno atendimento às demandas levantadas pelo órgão, de modo a alcançar os resultados pretendidos e atender à necessidade da contratação, levando-se em conta aspectos de economicidade, eficácia, eficiência e padronização, sustentabilidade e qualidade.

Para tanto, foram adotadas as seguintes fontes as contratações e aquisições similares realizadas por outros órgãos da Administração Pública no ano de 2025 e início de 2026.

A partir desse levantamento, foi possível inferir que o mercado de veículos tracionados 4x4 do tipo picape é amplo e diversificado. Existe toda uma gama de fabricantes e modelos de veículos passíveis de contratação por parte da Administração, como por exemplo:

- Chevrolet Nova S10;
- Nissan Frontier S MT 4x4
- Ford Ranger XLS
- Mitsubishi Motors L200 Triton GLS
- Toyota Hilux
- Fiat Toro
- Volkswagen Amarok

Desse modo, conclui-se que o mercado brasileiro possui o pleno potencial de atendimento às demandas levantadas pela FUNASA/SUEST/CE, razão pela qual não deverá haver maiores obstáculos às contratações por ora pretendidas.

6. Descrição da solução como um todo

A terceirização já é um procedimento adotado pela Administração Pública Federal, como forma de diminuir a participação do Estado em atividades não essenciais, com redução dos gastos públicos, aumento da qualidade dos serviços finalísticos prestados e maior eficiência da máquina administrativa.

A locação de veículos, já implementada nesta Superintendência há muito tempo, é uma solução que demonstrou sua vantajosidade, considerando o custo do benefício alcançado, sendo que os recursos para investimento devem ser priorizados para as atividades finalística da instituição e não atividade meio.

Para manutenção de uma frota própria, além da disponibilidade dos recursos para investimento, seria manter uma estrutura própria ou terceirizada para a mesma. As duas opções têm suas limitações. A primeira pela falta de recursos humanos e a segunda, pelo custo de uma outra contratação.

A não disponibilidade do serviço de locação de veículos poderá causar prejuízos e comprometer os serviços prestados pela SUEST/CE, bem como o alcance da missão da instituição.

As necessidades de visitas técnicas, demandadas pela FUNASA/CE, pelos Municípios e outros órgãos que tenham algum tipo de relação institucional com a FUNASA/CE, estão sendo feitas de forma precária, considerando que só podem ser atendidas na medida que haja disponibilidade de veículos.

Os motivos da Administração Pública de optar pela terceirização de frotas, também se destacam:

1. Ausência de veículos próprios em condições adequadas e seguras para dar o devido suporte a toda demanda necessária ao seu funcionamento e das demais necessidades oriundas dos acompanhamentos das atividades finalísticas em seus diversos compromissos, serviços e necessidades fora de suas dependências.
2. O fato de manter frota própria faz com que se perca o foco no trabalho para cuidar da aquisição dos veículos, depreciação, licenciamento, multas, sinistros, contratação de oficinas, manutenção, conserto, documentação, administração da frota, veículos reservas, etc.
3. A focalização dos negócios na atividade-fim, com ganhos de produtividade e eficiência;
4. A transferência de investimentos e custos fixos para terceiros;
5. A redução da burocracia e da ineficiência;
6. O fim dos gastos com a aquisição de veículos (pagamento, emplacamento e licenciamento), bem como a preocupação com concessionárias no recebimento e conferência;
7. A prescindibilidade de participar da manutenção preventiva e do controle da garantia (peças, carroceria e mão-de-obra);
8. Abertura e apuração através de Processo administrativo de quem deu causa e recuperação de veículos acidentados;
9. Renovação periódica da frota;
10. Ausência de preocupações na renovação, bem como de trabalho no desfazimento dos veículos usados.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

Serão locados de 06 (seis) Veículos tipo Pick-Up 4x4, **sem motorista**, cabine dupla, para atender as necessidades da Fundação Nacional de Saúde – Superintendência Estadual do Ceará, de acordo com condições e especificações do Termo de Referência.

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 543.610,08

O preço estimado global anual da contratação é **R\$ 543.610,08** (quinhentos e quarenta e três mil, seiscentos e dez reais e oito), conforme Mapa de Preços Locação de Veículos (SEI nº 5850553), inserido no Processo SEI nº 25140.000472/2025-55 após a realização de pesquisa de preços em conformidade com a IN SEGES/ME nº 65/2021, certifica-se que o preço estimado para a presente contratação é compatível com os praticados no mercado.

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

Na presente demanda não é vislumbrado, no momento, motivações para a adoção do parcelamento do objeto, visto se tratar de contratação de prestação de serviços continuados de transporte, com locação de 6 (seis) veículos, com

requisitos específicos: sem motoristas, sem a necessidade de abastecimento por parte da contratada e em caráter permanente e com quilometragem livre de tarifação.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

Não há Contratação Correlatas e/ou Interdependentes.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

A presente contratação está alinhada aos Objetivos Estratégicos da Instituição, conforme previsto no "item IV. Perspectiva de Orçamento e Logística" "subitem I. OE 17 - Aprimorar a Infraestrutura da Funasa; e subitem II. OE 18 - Aprimorar a Gestão Orçamentária e Patrimonial da Funasa", estabelecidos por meio da Portaria Funasa nº 7.553, de 14 de dezembro de 2018, onde tornou público sua missão, visão de futuro, valores institucionais e objetivos estratégicos, tendo em vista que os serviços são absolutamente necessários para continuidade das atividades técnicas e administrativas da Funasa.

Considerando a missão institucional "Promover a Saúde Pública e a inclusão social por meio de ações de saneamento e saúde ambiental", a FUNASA, através de seu corpo técnico, realiza frequentemente o acompanhamento de diversos convênios e obras, o que torna imprescindível a contratação para o atingimento dos objetivos e metas a serem alcançados, uma vez que tais atividades somente se realizam por meio da utilização de veículos, frente ao grande número e distâncias dos municípios que compõem o nosso Estado.

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

A continuidade dos serviços de transporte institucional é extremamente necessária ao funcionamento das atividades da FUNASA/SUEST/CE, portanto, nesse sentido, a contratação pretendida deverá ser realizada de forma plena e satisfatória, pois os serviços jamais poderão sofrer sua descontinuidade.

Eliminação da dependência de utilização de veículos do conveniente (prefeituras) e/ou de outros órgãos.

13. Providências a serem Adotadas

Não foram identificadas necessidades de adequação do ambiente para execução contratual;

Para acompanhamento de execução do objeto contratual, serão nomeados servidores para atuarem nas funções de Gestor, fiscal administrativo e técnico, conforme atribuições relacionadas na IN/SEGES/MP n.º 05/2017.

14. Possíveis Impactos Ambientais

A contratação deverá prever, no que couber, práticas de sustentabilidade nos termos da Instrução Normativa SLTI/MP nº 01, de 19 de janeiro de 2010. 3.4.2- Manter a regulação dos veículos automotores, preservando as suas características originais para que sejam minimizados os níveis de emissão de poluentes, visando contribuir com qualidade do ar, observados os limites máximos de emissão de gases, conforme legislação vigente.

Buscar soluções tecnológicas que permitam melhorias do controle de emissão de gases poluentes na atmosfera.

Manter os veículos automotores de modo a coibir a deterioração e a adulteração do sistema de escapamento que possam resultar em níveis de emissão sonora superior aos aceitáveis nos termos da legislação regente, normas brasileiras aplicáveis e recomendação dos manuais de proprietários e serviços do veículo.

Os veículos deverão, obrigatoriamente, estar equipados com catalisador ou outro equipamento que o substitua para controle de emissão de gases poluentes na atmosfera. 3.4.6- Observar as legislações vigentes sobre controle de poluição do meio ambiente, em especial as regulamentações do IBAMA, CONAMA e Secretaria do Meio Ambiente /CE, a Lei federal nº. 8.723/93, Resolução CONAMA nº. 16/93, Portaria IBAMA nº. 85/96.

Manter programa interno de autofiscalização da correta manutenção da frota, quanto à emissão de fumaça preta, especialmente para os veículos eventualmente movidos a óleo diesel que integrem a frota utilizada na presente prestação dos serviços.

Utilizar veículos movidos a combustíveis que causem menor impacto ambiental, visando à redução efetiva de emissões poluidoras à atmosfera preferencialmente movidos a combustíveis não fósseis.

Manter política de boas práticas ambientais na gestão de suprimentos, especialmente quanto à aquisição e descarte de pneus, bem como dos resíduos dos processos de manutenção e limpeza dos veículos.

Encaminhar os pneumáticos inservíveis abandonados ou dispostos inadequadamente, aos fabricantes para destinação final, ambientalmente adequada, tendo em vista que pneumáticos inservíveis abandonados ou dispostos inadequadamente constituem passivo ambiental, que resulta em sério risco ao meio ambiente e à saúde pública. Esta obrigação atende à Resolução CONAMA nº. 258, de 26 de agosto de 1999.

Vale salientar que todos os impactos ambientais decorrentes da contratação serão de responsabilidade da contratada.

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

Diante do exposto acima, a equipe de planejamento da contratação entende ser **VIÁVEL** a contratação da solução demandada conforme as análises acima.

16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

AUREOLINO MEIRELES DA FONSECA

Membro da comissão de contratação

FRANCISCO GONCALVES VIEIRA

Membro da comissão de contratação



Assinou eletronicamente em 20/03/2026 às 14:42:55.

RENATO VITOR DA COSTA

Membro da comissão de contratação



Assinou eletronicamente em 20/03/2026 às 14:30:52.